



PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL –

PGRCC

DEMOLIÇÃO CONSTRUÇÃO

AV. BRASIL E RUA 57, Nº 1433, CENTRO
(FUTURA INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
GRAND PLACE)

Balneário Camboriú,
2019.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR.....	3
IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	3
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - PGRCC.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. OBJETIVOS.....	5
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	6
4. DEFINIÇÕES.....	8
5. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	10
6. ESTIMATIVA PREVISTA DA GERAÇÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	11
7. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	12
7.1. TRIAGEM.....	12
7.2. IDENTIFICAÇÃO DOS COLETORES E LOCAIS DE ACONDICIONAMENTO.....	13
7.3. TRANSPORTE INTERNO	15
7.4. ACONDICIONAMENTO	15
7.5. TRANSPORTE EXTERNO	17
7.6. DESTINAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL.....	18
8. CONSIDERAÇÕES	19
9. IDENTIFICAÇÃO DA TRANSPORTADORA E ÁREA RECTORA DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	20
10. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PGRCC	20
ANEXOS:.....	21



IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: FGP II EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ: 16.649.579/0001-58

ENDEREÇO: RUA 2.300, N° 2260, CENTRO, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

CEP: 88.330-428

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DENOMINAÇÃO: GRAND PLACE

ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL E RUA 57, N° 1433, CENTRO, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

CEP: 88.330-675

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - PGRCC

Nome: Elizandra Alves Muniz

Qualificação profissional: Engenheira Ambiental

Registro profissional: CREA/SC N° 125238-8

Endereço: AV. SANTA CATARINA, N° 1001 – CENTRO CAMBORIÚ/SC.

Contatos: contato@alamedaengenharia.com (47) 9 8834-5116

1. INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos oriundos da atividade de construção civil representam um percentual significativo dos resíduos sólidos produzidos nas áreas urbanas e a maior parte destes resíduos podem ser reciclados ou reutilizados.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRCC tem como objetivo principal o manejo ambientalmente adequado dos resíduos da demolição, visando a correta segregação e destinação ambientalmente adequada, proporcionando benefícios de ordem econômica, ambiental e social.

Cada tipo de resíduo gerado nas atividades de construção civil possui características diferenciadas e, portanto, deve ser gerenciado corretamente a fim de evitar danos aos seus colaboradores, saúde pública e ao meio ambiente.

Para a implantação de ações, que visam o aumento da sustentabilidade socioeconômica e ambiental na questão dos resíduos da construção civil, é necessário estabelecer a sistemática para o gerenciamento dos resíduos gerados na execução da demolição, a fim de garantir a correta triagem, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos.

2. OBJETIVOS

Estabelecer a sistemática para o gerenciamento dos resíduos gerados na demolição, a fim de garantir a correta triagem, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos dos resíduos.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Situar as diretrizes para a redução dos impactos ambientais decorrentes dos resíduos sólidos da demolição;
- Incentivar a reutilização e reciclagem dos resíduos da construção civil;
- Estimular ações no tratamento e destinação ambientalmente adequada para os resíduos sólidos da demolição;
- Estabelecer as responsabilidades no gerenciamento dos resíduos sólidos da demolição; e
- Destinar e/ou dispor corretamente os resíduos sólidos da construção civil.

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 275/2001: estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva;

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307/2002: estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 2.223/2003: dispõe sobre a colocação e a permanência de caçambas para a coleta de resíduos inorgânicos nas vias e logradouros públicos do município de Balneário Camboriú, e dá outras providências;

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 348/2004: altera a Resolução CONAMA nº 307/2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos;

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 2.508/2005: institui o Sistema para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil no município de Balneário Camboriú, e dá outras providências;

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 2.794/2008: disciplina o uso e a ocupação do solo, as atividades de urbanização e dispõe sobre o parcelamento do solo no território do município de Balneário Camboriú;

LEI FEDERAL Nº 12.305/2010: institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos;

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 431/2011: altera o art. 3º da Resolução CONAMA nº 307/2002, estabelecendo nova classificação para o gesso;

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 448/2012: altera os art.'s 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10º e 11º da Resolução CONAMA nº 307/2002;

INSTRUÇÃO NORMATIVA FATMA Nº 32, DE 2012: regulamenta o transporte de produtos perigosos;

ABNT NBR 11.174/1990: trata do armazenamento de resíduos classe II – não inertes e III – inertes, que fixa condições exigíveis para a obtenção das condições mínimas necessárias ao armazenamento, de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente;

ABNT NBR 12.235/1992: trata do armazenamento de resíduos sólidos perigosos, que fixa condições exigíveis para armazenamento de resíduos sólidos perigosos;

ABNT NBR 10.004/2004: trata da classificação de resíduos sólidos;

ABNT NBR 15.112/2004: dispões sobre resíduos sólidos da construção civil e resíduos volumosos, áreas de transbordo e triagem, define diretrizes para projeto, implantação e operação;

ABNT NBR 15.113/2004: dispõe sobre os resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes, aterros e diretrizes para projeto, implantação e operação;

ABNT NBR 15.114/2004: trata sobre resíduos sólidos da construção civil, áreas de reciclagem e diretrizes para projeto, implantação e operação;

ABNT NBR 15.115/2004: trata sobre agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil, a execução de camadas de pavimentação e procedimentos;

ABNT NBR 15.116/2004: trata sobre agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil, utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural e requisitos.

4. DEFINIÇÕES

ACONDICIONAMENTO: preparação dos resíduos sólidos para a coleta de forma sanitariamente adequada, compatível com o tipo e quantidade, devendo ser garantido o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;

ATERRO SANITÁRIO: técnica de disposição de resíduos sólidos no solo, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, minimizando os impactos ambientais. Tal método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível, reduzindo seu volume, cobrindo-os com uma camada de terra (ABNT – NBR 8419/1992).

CARACTERIZAÇÃO: processo pelo qual o resíduo é analisado, identificado e quantificado;

CLASSIFICAÇÃO: envolve a identificação do processo ou atividade que deu origem ao resíduo, de seus constituintes e características, e a comparação destes constituintes com a listagem de resíduos e substâncias cujo o impacto à saúde e ao meio ambiente é conhecido.

CTR: Controle de Transporte de Resíduos.

DESTINAÇÃO: encaminhamento dos resíduos sólidos para que sejam submetidos ao processo adequado, seja ele a reutilização, o reaproveitamento, a reciclagem, a compostagem, a geração de energia, o tratamento ou a disposição final, de acordo com a natureza e as características dos resíduos e de forma compatível com a saúde pública e a proteção do meio ambiente.

DISPOSIÇÃO FINAL: última etapa do processo de gerenciamento dos resíduos, os quais são depositados em locais que tem a finalidade de reduzir a nocividade à saúde pública e meio ambiente;



GERADORES: são pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos;

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS: é o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos;

RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, calça ou metralha;

REAPROVEITAMENTO / REUTILIZAÇÃO: processo de utilização dos resíduos sólidos para outras finalidades, sem sua transformação biológica, física ou química;

RECICLAGEM: processo de transformação de resíduos sólidos, que pode envolver a alteração das propriedades físicas ou químicas, tornando-os insumos destinados a processos produtivos;

TRANSPORTADORES: são as pessoas, físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;

TRANSPORTE EXTERNO: consiste na operação de encaminhamento dos resíduos do local onde foi gerado até o destino e disposição final, deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;

TRIAGEM: consiste na separação e limpeza dos resíduos, para posterior acondicionamento, deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na

origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos;

5. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O objeto de estudo faz referência a uma construção residencial e comercial localizada entre a Av. Brasil e Rua 57, Centro, município de Balneário Camboriú/SC, sob as coordenadas UTM 734760 E; 7012822 N, onde será implantado futuramente o condomínio residencial e comercial vertical, denominado Grand Place, em um terreno escriturado com área total de 1.819,84 m², conforme Figuras 01 e 02.



Figura 01: Localização do imóvel (azul).

Fonte: Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.



Figura 02: Construção a ser demolida. Fonte: Google Maps (2020).

A área total da construção é 1.509,07 m², possuindo 03 (três) pavimentos, conforme averbação da construção nas Matrículas do Imóvel n° 3.999, 4.000, 4.001 e 4.002, pertencentes ao 1º Ofício de Registro de Imóveis de Balneário Camboriú.

6. ESTIMATIVA PREVISTA DA GERAÇÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Tratando-se de uma área de 1.509,07 m² de área construída a ser demolida, a estimativa de volume de resíduos gerados durante a fase de demolição das edificações existentes, considerando a geração de resíduos sólidos da construção civil a taxa de 760 Kg/m² construído (Esguícero, et al., 2008), a geração totalizará em aproximadamente 1.146,89 toneladas de RCC. Considerando a estimativa de 5 m³ equivale a 4 toneladas, o volume total a ser gerado será de aproximadamente 1.433,61 m³. Todos esses resíduos deverão ser transportados e destinados por empresas licenciadas. De acordo com Lucena (2005), os resíduos de construção civil são compostos, principalmente de tijolos, areias e argamassas (em torno de 80%). Numa menor proporção foram encontrados ainda restos de concreto (9%), pedras

(6%), cerâmica (3%), gesso (2%) e madeira (1%). Assim, para a demolição em questão estima-se:

- Classe A $\pm 1.146,89 \text{ m}^3$ (componentes cerâmicos, argamassa e concreto);
- Classe B $\pm 172,03 \text{ m}^3$ (resíduos recicláveis: plásticos, papel, metais, vidros, madeiras e gesso);
- Classe C $\pm 71,68 \text{ m}^3$ (resíduos não recicláveis);
- Classe D $\pm 43,01 \text{ m}^3$ (resíduos perigosos: lâmpadas fluorescentes, etc.).

7. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

Considerando que para cada tipo de resíduo gerado no momento da demolição possui características diferenciadas, consequentemente, deve ser gerenciado corretamente, os colaboradores devem receber o treinamento adequado de forma a garantir que estes estejam cientes da forma correta do gerenciamento dos resíduos.

O treinamento básico para o pessoal envolvido com o manuseio dos resíduos deve conter, no mínimo, informações quanto a características e os riscos inerentes ao trato de cada tipo de resíduo, orientação quanto à execução das tarefas de coleta, transporte e armazenamento, utilização adequada de equipamentos de proteção individual – EPI's necessário às suas atividades e procedimentos de emergência em caso de contato ou contaminação com o resíduo, tanto individual quanto ambiental.

7.1. TRIAGEM

Na etapa de triagem deve ser realizada a separação/segregação e limpeza dos resíduos, assim que estes forem gerados, através dos coletores. Esta etapa, se bem executada, possibilitará a máxima reciclagem dos resíduos, considerando que estes sejam encaminhados para usinas de reciclagem.

A triagem deve seguir a classificação da Resolução CONAMA n° 307/2002, que define:

“CLASSE A: resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

I. de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

II. de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto;

III. de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios, etc.) produzidas nos canteiros de obras;

CLASSE B: resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e gesso;

CLASSE C: resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

CLASSE D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde”

7.2. IDENTIFICAÇÃO DOS COLETORES E LOCAIS DE ACONDICIONAMENTO

A identificação e sinalização dos coletores e locais de acondicionamento devem ser padronizadas, facilitando a triagem dos resíduos, que irão variar

de acordo com a classificação dos resíduos, conforme a Resolução CONAMA n° 275/2001 que estabelece as cores para os diferentes tipos de resíduos, como demonstrado na Figura 3.

AMARELO	Metal		MARROM	Resíduos Orgânicos
AZUL	Papel / Papelão		PRETO	Madeira
BRANCO	Resíduos Ambulatoriais e de Serviços de Saúde		ROXO	Resíduos Radioativos
CINZA	Resíduo Geral*		VERDE	Vidro
LARANJA	Resíduos Perigosos		VERMELHO	Plástico

(*) não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

Figura 3. Cores de identificação para cada tipo de resíduo.

Os coletores devem ser adaptados de acordo com as características dos resíduos e o volume, assim, através da Tabela 1 é apresentado alguns modelos a serem utilizados.

Tabela 1. Exemplos de coletores para cada tipo de resíduo.

RESÍDUO	COLETORES	EXEMPLOS
CLASSE A	CAIXAS PLÁSTICAS OU MADEIRA / BOMBONAS / BAG	
	PLÁSTICO	
	PAPEL/PAPELÃO	
	METAIS	
	VIDRO	
	MADEIRA	
CLASSE B	GESSO	
	EPS	
	CAIXAS PLÁSTICAS OU MADEIRA / BOMBONAS	
CLASSE C	BOMBONAS	
RESÍDUO COMUM	CAIXAS PLÁSTICAS	

7.3. TRANSPORTE INTERNO

Os resíduos devem seguir o fluxo, desde o seu ponto de geração até o local este será acondicionado, o qual irá variar de acordo com o tipo e a classe dos resíduos e a forma de acondicionamento, respeitando as normas de segurança pertinentes. A seguir são apresentadas as formas de transporte para os diferentes tipos de resíduos (Tabela 3).

Tabela 3. Exemplos de equipamentos de transporte interno para cada tipo de resíduo.

RESÍDUO	TRANSPORTE INTERNO	EXEMPLOS
CLASSE A		
PLÁSTICO		
PAPEL/PAPELÃO		
METAIS		
VIDRO		
MADEIRA		
GESSO		
EPS		
CLASSE C		
CLASSE D		

7.4. ACONDICIONAMENTO

Os resíduos sólidos que são transportados até o seu devido local de acondicionamento, permanecerão até a solicitação do transporte externo, para o local de destinação ou disposição final.

A forma de acondicionamento varia de acordo com as características do resíduo, conforme a Tabela 4, devendo estar localizadas em local coberto, seco e impermeabilizado.

Tabela 4. Formas de acondicionamento para cada tipo de resíduo.

RESÍDUO		ACONDICIONAMENTO	EXEMPLOS
CLASSE B	CLASSE A	CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS	 CAMABAS ESTACIONÁRIAS   BAIAS  BAG'S  CAIXAS PLÁSTICAS
	PLÁSTICO	BAIAS / BAG	
	PAPEL/PAPELÃO	BAIAS / BAG	
	METAIS	BAIAS	
	VIDRO	CAIXA PLÁSTICAS	
	MADEIRA	BAIAS	
	GESSO	BAIAS / CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS	
CLASSE C	EPS	BAIAS	
	CLASSE D	BOMBONAS	
		BAIAS COM ACESSO RESTRITO / GAIOLAS / LATÃO REVESTIDO POR SACO DE RAFIA (LÂMPADAS)	

Ressalta-se que não deve haver mistura entre os diferentes tipos de resíduo, de forma a garantir que estes sejam destinados corretamente, oportunizando a sua reciclagem e gerando o maior retorno econômico possível.

Os resíduos de lâmpadas usadas não quebradas serão ser acondicionadas em bombonas plásticas com tampa revestida com saco de rafia em local interno da obra, a fins de mantê-las inteiras. O resíduo de lâmpadas quebradas deverão ser acondicionadas em sacos plásticos dentro da baia de resíduos Classe D.

Os resíduos perigosos (Classe D), deverão ser acondicionadas em locais bem sinalizados e manuseio restrito.

Os resíduos comuns, aqueles não gerados no processo construtivo, serão armazenados no local onde é realizada a coleta urbana do município.

7.5. TRANSPORTE EXTERNO

O transporte externo deverá ser realizado por empresa especializada em transporte de resíduos, possuir todas as autorizações e/ou licenças para exercer a atividade, bem como serem aptas para transportar cada classe de resíduo.

Para garantir que o resíduos será encaminhado para o local definido e ambientalmente adequado, será realizado o Controle de Transporte de Resíduos (CTR), o qual é disponibilizado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON do município, conforme ilustrado Figura 3:


 CONTROLE DE TRANSPORTE - RCC Nº	
Gerador	Empresa:
	Nº do Alvará da Obra: DIC:
	Obra:
	Endereço:
	Data: / / Assinatura:
	Tipo de Obra: <input type="checkbox"/> Construção Nova <input type="checkbox"/> Reforma <input type="checkbox"/> Demolição
	Classe dos Resíduos: <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D
	Volume (m³): <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 10 Outro Volume:
	Empresa:
	Placa: Assinatura:
Transportador	
Destinatário	Empresa:
	Campo de Verificação - Classe de resíduos <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> Outros
	Obs.:
Carimbo e Assinatura	

Figura 3. Controle de Transporte de Resíduos. Fonte: SINDUSCON.

O Controle de Transporte Resíduos - CTR será preenchido, antecipadamente, com os dados da obra informando a empresa responsável,

número do alvará da obra, nome do empreendimento, endereço e tipo de obra.

No momento do recolhimento dos resíduos para o transporte, deve-se preencher a data, assinatura do responsável pelo resíduo, tipo de resíduo a ser transportado, volume, empresa transportadora, placa do veículo que transportará o resíduo e a assinatura de responsável pelo transporte.

Os dados restantes deverão ser preenchidos no local de destinação dos resíduos, comprovando que a empresa transportadora encaminhou devidamente dos resíduos para local pré-determinado.

O CTR possui quatro vias, uma delas permanecerá na obra, outra com a empresa transportadora, outra do local de destinação e a última retorna totalmente carimbada e preenchida para a obra, atestando que os resíduos foram encaminhados corretamente ao local determinado.

7.6. DESTINAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL

A destinação e disposição final será combinada com o compromisso ambiental e viabilidade econômica, assim os fatores determinantes na designação para a destinação dos resíduos são os seguinte:

- Possibilidade de reutilização ou reciclagem dos resíduos no próprio canteiro de obra ou em locais externos;
- Local receptor devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente; e
- Proximidade dos destinatários para minimizar custos de deslocamento.

A destinação e/ou disposição final será de acordo com cada classe de resíduos, os quais variam de acordo com as características, conforme a

Tabela 5.

Tabela 5. Destinação e disposição final para cada tipo de resíduo.

RESÍDUO		DESTINAÇÃO
CLASSE A	CLASSE A	USINA DE RECICLAGEM / ATERRO DE RCC
	PLÁSTICO	EMPRESAS, COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES DE COLETA SELETIVA / REUTILIZAÇÃO / RECICLAGEM
	PAPEL/PAPELÃO	
	METAIS	
CLASSE B	VIDRO	USINA DE RECICLAGEM / EMPRESAS, COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES DE COLETA SELETIVA / REUTILIZAÇÃO / RECICLAGEM / COMBUSTÍVEL EM FORNOS OU CALDEIRAS
	MADEIRA	
	GESSO	
	EPS	
CLASSE C	CLASSE C	ATERRO SANITÁRIO
	CLASSE D	ATERRO SANITÁRIO / LOGÍSTICA REVERSA

8. CONSIDERAÇÕES

Após a implantação do PGRCC é importante conduzir seu acompanhamento e promover ações corretivas quando necessário.

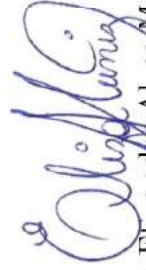
As empresas prestadoras de serviços devem estar cientes de sua responsabilidade, bem como destaca-se que a responsabilidade é compartilhada dos resíduos, não exime o empreendedor da responsabilidade de gerenciar corretamente os resíduos, motivo pelo qual as empresas terceirizadas devem ser monitoradas.

Ressalta-se que é terminantemente proibida a disposição indiscriminada de resíduos sólidos em locais não autorizados pelo órgão municipal competente, assim com a queima de resíduos sólidos a céu aberto.

**9. IDENTIFICAÇÃO DA TRANSPORTADORA E ÁREA
RECTORA DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO
CIVIL**

--	--

**10. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PGRCC**

Elaboração:  Eng. Elizandra Alves Muniz Eng. Ambiental CREA/SC Nº 125238-8	Execução:
---	------------------



ANEXOS:

- I – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA –
ART DO PGRCC;**
- II – LICENÇA AMBIENTAL PARA OPERAÇÃO - LAO
DO LOCAL DE DESTINAÇÃO DOS RCC;**